

Nome: \_\_\_\_\_ N. de inscrição: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Opção de turno de estágio para realização de estágio (matutino, vespertino ou ambos): \_\_\_\_\_

1. Nesta prova constam 30 (trinta) questões objetivas e 01 (uma) questão discursiva. Confira antes de iniciá-la.
2. Esta é a única **folha de respostas** para marcação das questões objetivas onde não serão computadas aquelas com rasuras.
3. Tempo de duração da prova: 3h (três horas).
4. Não será permitido ao candidato levar este caderno de questões.

### FOLHA DE RESPOSTAS

1	(A)	(B)	(C)	(D)
2	(A)	(B)	(C)	(D)
3	(A)	(B)	(C)	(D)
4	(A)	(B)	(C)	(D)
5	(A)	(B)	(C)	(D)
6	(A)	(B)	(C)	(D)
7	(A)	(B)	(C)	(D)
8	(A)	(B)	(C)	(D)
9	(A)	(B)	(C)	(D)
10	(A)	(B)	(C)	(D)
11	(A)	(B)	(C)	(D)
12	(A)	(B)	(C)	(D)
13	(A)	(B)	(C)	(D)
14	(A)	(B)	(C)	(D)
15	(A)	(B)	(C)	(D)
16	(A)	(B)	(C)	(D)
17	(A)	(B)	(C)	(D)
18	(A)	(B)	(C)	(D)
19	(A)	(B)	(C)	(D)
20	(A)	(B)	(C)	(D)
21	(A)	(B)	(C)	(D)
22	(A)	(B)	(C)	(D)
23	(A)	(B)	(C)	(D)
24	(A)	(B)	(C)	(D)
25	(A)	(B)	(C)	(D)
26	(A)	(B)	(C)	(D)
27	(A)	(B)	(C)	(D)
28	(A)	(B)	(C)	(D)
29	(A)	(B)	(C)	(D)

30	(A)	(B)	(C)	(D)
----	-----	-----	-----	-----

CÓPIA

1 – A Constituição Federal de 1988, no que se refere à inviolabilidade do domicílio, dispõe que “a casa é asilo inviolável do indivíduo”. Contudo, como não há direitos absolutos, a própria Carta Magna consagra exceções, dentre as quais os casos de:

- a) flagrante delito, apenas nos casos de crimes com pena de reclusão.
- b) determinação judicial, em qualquer horário.
- c) desastre ou para prestar socorro, apenas durante a noite.
- d) determinação judicial, apenas durante o dia.

2 - “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Tal dispositivo constitucional consagra o princípio do(a):

- a) juiz natural.
- b) inafastabilidade da tutela jurisdicional.
- c) duplo grau de jurisdição.
- d) isonomia perante a lei.

3 - Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.
- b) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal, instrução processual penal ou processo administrativo disciplinar.
- c) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- d) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização do Poder Público.

4 – Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta:

- a) É função institucional do Ministério Público promover, concorrentemente com o titular do bem jurídico ofendido, a ação penal pública, na forma da lei.
- b) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União e as empresas públicas federais judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- c) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.
- d) O advogado é indispensável à administração da justiça, não sendo nulos, porém, os atos privativos de advogado praticados por bacharel em Direito não inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

5 – No que diz respeito à disciplina constitucional dos Municípios, é correto afirmar que:

- a) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 30 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- b) A inviolabilidade constitucional dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos limita-se ao território do Estado onde está situado o respectivo Município.
- c) Compete ao Município legislar sobre registros públicos.
- d) É vedada a criação de Tribunal de Contas Municipal para auxiliar o Poder Legislativo local na fiscalização das contas do Município.

6 – Acerca do Poder Judiciário, indique a única alternativa correta:

- a) São órgãos do Poder judiciário: o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União.
- b) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal e Estaduais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios à conta dos respectivos créditos, mediante a designação dos casos ou das pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.
- c) Aos juízes de direito dos Estados compete processar e julgar as disputas sobre direitos indígenas.
- d) Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o estatuto da magistratura.

7 – Acerca da Seguridade Social, aponte a alternativa correta:

- a) Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a Seguridade Social, com base, dentre outros objetivos, na irredutibilidade do valor dos benefícios e na diversidade da base de financiamento.
- b) Não incide contribuição social sobre os rendimentos do trabalho pagos pela empresa a pessoa física que lhe preste serviço sem vínculo empregatício.
- c) Nenhum benefício ou serviço da Seguridade Social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total, ressalvados os casos de benefícios previdenciários instituídos em favor de segurados rurais.
- d) Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício previdenciário serão devidamente atualizados, segundo os índices de reajuste do salário mínimo.

8 – Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 37, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá a alguns princípios. Assinale a alternativa que apresenta princípios integrantes deste rol:

- a) legalidade e motivação.
- b) publicidade e moralidade.
- c) impessoalidade e improbidade.
- d) eficiência e razoabilidade.

9 – Para cumprir os objetivos traçados pela Constituição da República, a Administração Pública se organiza com base em duas técnicas, quais sejam: desconcentração e descentralização administrativa. Com base nesta afirmação, assinale a alternativa correta:

- a) A técnica da desconcentração diz respeito à criação de órgãos dentro da mesma pessoa jurídica de direito público. Como exemplos dessa forma de organização, podem ser citadas as autarquias e empresas públicas.
- b) Empresas públicas e sociedades de economia mista constituem exemplo de descentralização.
- c) A descentralização se relaciona com a transferência de atribuições a órgãos dentro da mesma pessoa jurídica de direito público.
- d) As autarquias são criadas por lei para executarem atividades típicas da Administração. São dotadas de autonomia gerencial e patrimonial, mas não possuem personalidade jurídica própria.

10 – De acordo com José dos Santos Carvalho Filho, ato administrativo “é a exteriorização da vontade dos agentes da Administração Pública ou de seus delegatários, nessa condição, que, sob regime de direito público, vise a produção de efeitos jurídicos, com o fim de atender ao interesse público”. Segundo a doutrina e a legislação específica sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) São atributos do ato administrativo, exclusivamente: presunção de legitimidade, exigibilidade, imperatividade e finalidade pública.
- b) Como regra geral, todos os atos administrativos precisam ter um motivo, sob pena de declaração de nulidade, excetuados os atos discricionários.
- c) Não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- d) Conforme a teoria dos motivos determinantes, os atos administrativos que não forem motivados terão sua validade condicionada à veracidade dos fatos que geraram a manifestação da Administração Pública.

11 – No que concerne à improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- a) A Lei 8.429/1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, torna crimes determinadas condutas praticadas por agentes públicos, as quais se enquadram no conceito de corrupção.

- b) Dentre as sanções aplicáveis aos responsáveis por atos de improbidade administrativa que importem em prejuízo ao erário está a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e o ressarcimento integral do dano.
- c) Um servidor absolvido na esfera administrativa por falta disciplinar não pode ser novamente penalizado pelo mesmo fato por meio de ação de improbidade administrativa.
- d) No caso de ato de improbidade praticado por Prefeito Municipal, as ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei 8.429/1992 podem ser propostas até 8 (oito) anos após o término do exercício do mandato.

12 – Acerca do processo judicial previsto na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Possuem legitimidade para propor a ação de improbidade administrativa tanto o Ministério Público quanto a pessoa jurídica interessada.
- b) É possível a transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa.
- c) É dispensável a participação do Ministério Público quando este não for parte no processo.
- d) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo com julgamento de mérito.

13 – É correto afirmar que ocorre comoriência no caso de:

- a) dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, presumindo-se simultaneamente mortos.
- b) dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, presumindo-se que faleceu primeiro o mais velho.
- c) dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, presumindo-se que faleceu primeiro o que possuía alguma enfermidade.
- d) dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, presumindo-se que faleceu primeiro o mais novo.

14 – Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor, de acordo com o atual Código Civil, é correto afirmar que ocorrerá:

- a) interrupção da decadência.
- b) interrupção da prescrição.
- c) suspensão da decadência.
- d) suspensão da prescrição.

15 – Entre as opções abaixo, não se enquadram no conceito de pessoas jurídicas de direito privado:

- a) as associações.
- b) as fundações.
- c) os Estados estrangeiros.
- d) os partidos políticos.

16 – Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a única alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

São bens públicos \_\_\_\_\_ os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias. Já os bens públicos \_\_\_\_\_, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades, podem ser \_\_\_\_\_, observadas as exigências da lei.

- a) de uso especial/dominicais/alienados.
- b) de uso comum do povo/de uso especial/alienados.
- c) de uso especial/de uso comum do povo/usucapidos.
- d) de uso especial/dominicais/usucapidos.

17 - Quanto à competência, e à luz do Código de Processo Civil atualmente em vigor, pode-se afirmar, EXCETO:

- a) Caso a alegação de incompetência absoluta seja acolhida, os autos deverão ser arquivados.
- b) A Incompetência relativa pode ser modificada pela conexão ou pela continência.
- c) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.

d) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

18 – Quanto à tutela provisória, assinale a alternativa ERRADA:

- a) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
- b) O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.
- c) Caracteriza a tutela da evidência a possibilidade de concessão independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- d) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito ou o perigo de dano.

19 – Quanto aos provimentos judiciais, e à luz do CPC atualmente em vigor, pode-se afirmar, EXCETO:

- a) São elementos essenciais da sentença os fundamentos, o dispositivo e o relatório.
- b) Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que empregue conceitos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.
- c) Publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la para corrigir inexatidões materiais.
- d) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, salvo quando a causa for inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

20 – Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Sobre esse tema, marque a alternativa correta:

- a) não se concederá mandado de segurança contra ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;
- b) o pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- c) nos casos de sentença concessiva da segurança, é prescindível o duplo grau de jurisdição.
- d) caberá mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

21 – Assinale a afirmativa correta:

- a) o meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, é aplicado apenas aos processos civil e trabalhista, em qualquer grau de jurisdição.
- b) os Juizados Especiais Federais têm competência para processar e julgar ações de mandado de segurança e de divisão e demarcação de terra, desde que o valor da causa não exceda a 60 (sessenta) salários mínimos.
- c) os Juizados Especiais Federais não têm competência para processar e julgar as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- d) os Juizados Especiais Federais têm competência para processar e julgar as demandas criminais em que a pena máxima cominada para o delito não exceda a 3 (três) anos de detenção.

22 – De acordo com o sistema penal brasileiro, é correto afirmar:

- a) independentemente do momento da ação ou omissão do criminoso, considera-se praticado o delito no instante em que ocorreu o resultado.
- b) no que concerne ao tempo do crime, a lei penal brasileira adotou a teoria da atividade.
- c) no que concerne ao lugar do crime, a lei penal brasileira adotou taxativamente a teoria da ação.
- d) considera-se praticado o crime exclusivamente no lugar em que ocorreu a ação ou omissão do agente.

23 – De acordo com o sistema penal brasileiro, extingue-se a punibilidade:

- a) pela anistia, graça ou indulto.
- b) pela morte do agente, desde que o óbito ocorra antes da prolação da sentença penal condenatória.
- c) em caso de vigência de lei penal posterior que não mais considera o fato como criminoso ou que pelo menos abranda consideravelmente a punição cominada para o fato delitivo previsto na norma incriminadora.

d) pela prescrição, em qualquer de suas modalidades, exclusivamente quando se opera entre as datas do fato e do recebimento da denúncia penal.

24 – De acordo com o sistema penal brasileiro, é correto afirmar:

- a) o delito de estelionato não admite a forma tentada.
- b) o delito de peculato admite apenas a forma culposa.
- c) o delito de peculato admite apenas a forma dolosa.
- d) o delito de peculato admite as formas culposa e dolosa.

25 – De acordo com o sistema penal brasileiro, é correto afirmar:

- a) o crime de furto é sempre punível com pena de reclusão e protege apenas a propriedade de bem móvel ou imóvel.
- b) o crime de moeda falsa é praticado em detrimento da fé pública e depende da qualidade da contrafação do papel-moeda para sua configuração.
- c) o crime de moeda falsa é praticado em detrimento de particular e independe da qualidade da contrafação do papel-moeda para sua configuração.
- d) seguido ou não de morte, o crime de roubo é sempre hediondo.

26 – João é estagiário da Justiça Federal e resolveu retirar uma caneta do gabinete onde trabalha para utilizá-la num seminário a ser realizado no auditório da própria Seção Judiciária onde está lotado. Diante deste fato, seria possível afastar a tipicidade do comportamento alegando:

- a) inexigibilidade de conduta diversa.
- b) exercício regular de um direito.
- c) adequação social da conduta.
- d) incidência do princípio da insignificância.

27 – Nos crimes de competência da justiça federal, assinale a opção correta quanto ao prazo de conclusão do inquérito policial, estando o investigado preso. Na resposta, não considere os prazos previstos na legislação penal extravagante.

- a) 30 dias
- b) 15 dias
- c) 10 dias
- d) 5 dias

28 – Assinale a alternativa correta.

- a) O inquérito policial é um procedimento vinculado, pois o Código de Processo Penal apresenta uma sequência lógica dos atos que deverão ser realizados pelo delegado de polícia, sob pena de nulidade.
- b) O delegado de polícia federal é a autoridade responsável pela condução do inquérito policial destinado à investigação de crime de competência da justiça federal.
- c) O inquérito policial é indispensável ao oferecimento da denúncia.
- d) Caso não identifique o autor do delito, o delegado de polícia federal poderá arquivar o inquérito policial.

29 – Assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público Federal é o titular da ação penal; assim, poderá dela desistir.
- b) O Ministério Público Federal não poderá desistir da ação penal.
- c) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, somente a vítima poderá provocar a iniciativa do Ministério Público Federal.
- d) O prazo para o oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 24 (vinte e quatro) horas.

30 – Assinale a alternativa correta.





---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

CÓPIA